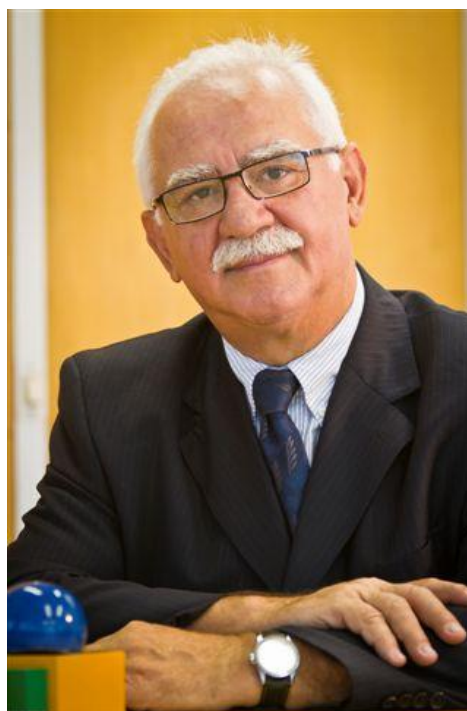


**Antoninho Marmo Trevisan, presidente da Trevisan Escola de Negócios, membro do Conselho Superior do Movimento Brasil Competitivo e do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República**

“É louvável o esforço do governo ao reduzir juros, conceder incentivos fiscais, como a redução do IPI para automóveis e linha branca, desonerar a folha de pagamento de empresas, como ocorreu com o setor têxtil, lançar pacote de infraestrutura e anunciar o barateamento da energia elétrica. Tais iniciativas contribuem para garantir o crescimento de 1,5% do PIB em 2012, num cenário mundial adverso. Porém, a expansão de nossa economia está aquém dos demais emergentes, num sintoma de que as medidas anticíclicas já não são suficientes.

Continuamos enfrentando grandes e anacrônicos empecilhos, como os ônus exagerados dos tributos e a sua complexidade, a insegurança jurídica, os intrincados trâmites do comércio exterior e a pesada burocracia sobre as empresas, dificultando sua operação, que vai se agravando pela continuada negativa dos governos em liquidar os créditos tributários legítimos das pessoas jurídicas.

Num cenário de crise mundial, o fabuloso processo de inclusão e ascensão socioeconômica que tivemos desde 2003 deveria ser um trunfo para crescermos mais e consolidarmos nossa economia. Entretanto, por causa de nossos conhecidos e antigos obstáculos, estamos suprimindo nosso crescente mercado interno com produtos estrangeiros numa proporção acima dos limites do razoável. O setor têxtil e de confecção é um dos que mais sofrem com esse problema.



**Antoninho Marmo  
Trevisan**

Desde a promulgação da Constituição de 1988, há 24 anos, portanto, o Brasil carece de medidas estruturais de sustentação perene da economia. Se as tivéssemos adotado, sua soma às políticas inclusivas, à formação de reservas cambiais próximas de US\$ 400 bilhões, ao incentivo às exportações, ao aumento da renda e sua melhor distribuição e outros avanços verificados nos últimos dez

anos, provavelmente estaríamos numa situação muito melhor para o enfrentamento das crises globais.

Precisamos, com urgência, retomar a agenda das reformas estruturais, em especial a tributária, a previdenciária e a trabalhista. Na ausência de marco legal favorável ao crescimento sustentado do PIB, o País foi pego no contrapé pela crise em 2008. Na mais digna e nobre acepção do "jeitinho brasileiro", o governo, agindo corretamente, estimulou o consumo, o crédito e a liquidez, com isenções fiscais, flexibilização dos compulsórios bancários e medidas pontuais de estímulo. Continua fazendo isso, com relativo sucesso em alguns setores. Porém, como toda ação de emergência, essas estratégias esgotam-se.

Portanto, não é mais possível adiar as reformas constitucionais, modernizar o Estado, oferecer mais segurança jurídica e mitigar a burocracia. Adotando tais medidas agora, num momento em que a economia brasileira continua aquecida e se destacando no enfrentamento da crise mundial, os poderes Executivo e Legislativo darão consistente passo para garantir o crescimento sustentado, para o qual a recuperação da competitividade da indústria é um dos fatores condicionantes."